

# As Identidades Culturais: Proposições Conceituais e Teóricas

Luciano dos Santos\*

**Resumo:** O fenômeno das identidades culturais, evidenciado nas últimas décadas, tem levado a construção de várias proposições teóricas e conceituais. Todavia, é necessário que essas proposições sejam acompanhadas de uma reflexão, avaliação e crítica, bem como de uma constante testagem no real sócio-cultural concreto. Neste artigo, nosso foco se centrará mais nas primeiras necessidades (reflexão, avaliação e crítica), a última foge do espaço e objetivo deste texto, mas aponta para uma necessidade constante de que o exercício de construção teórica não se encaeste em uma torre de marfim das abstrações.

**Palavras chave:** Conceitos, Teorias, Identidades Culturais, Processo de identificação-diferenciação

**Abstract:** The phenomenon of cultural identities, evidenced in recent decades has led the construction several conceptual and theoretical propositions. However, it is necessary that these propositions are accompanied by a reflection, evaluation and criticism, as well as its testing in real concrete socio-cultural. In this article, we propose to do the first task seeking also present our weights about that phenomenon. The second task escapes space and purpose of this text, but points to a constant need for the exercise of theoretical construct is not encaeste in an ivory tower of abstractions

**Keywords:** Concepts, theories, cultural identities, process identification -differentiation

---

\* Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutorando em História Social na Universidade de São Paulo (USP). Membro fundador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares (NEPEINTER). e-mail: professorlucianosantos@yahoo.com.br

## Introdução

Nas últimas décadas temos visto uma forte onda de movimentos sociais (negros, indígenas, feministas, homossexuais, entre outros) que partem das questões identitárias para afirmação de suas singularidades e reivindicação de direitos sociais e políticos historicamente negados. Do mesmo modo, fenômenos que pareciam estar superados, como nacionalismos, regionalismos, fundamentalismos, racismos, chauvinismos, entre outros discursos que fundamentam as identidades culturais, vêm se tornando não muito raros.

Todos esses movimentos sociais das chamadas minorias culturais e étnicas e de outros fenômenos sociais aparentemente superados têm levado a problemática das identidades culturais ao centro das discussões acadêmicas: antropólogos, sociólogos, geógrafos, historiadores, filósofos, educadores e linguistas vêm buscando compreender como se processa a formação e transformação das identidades culturais.

Tudo isso faz do conceito de identidade um dos mais importantes para pensar e analisar os fenômenos sócio-culturais da contemporaneidade. E de igual modo também há necessidade de uma constante reflexão e análise das proposições teóricas que fundamentam as interpretações desse fenômeno.

Neste sentido, nos propomos apresentar, discutir e, em alguns casos, rever algumas proposições teóricas e conceituais desenvolvidas nas últimas décadas sobre a identidade cultural. Primeiro, discutiremos a passagem do conceito de identidade de uma perspectiva lógica e metafísica para uma noção mais antropológica; em segundo lugar, apresentaremos o debate em torno das construções identitárias e defenderemos a adoção do conceito de *processo de identificação-diferenciação* em lugar do de identidade; trataremos, ademais, da noção de crise e identidade, de identidades abertas e fechadas e ao fim apresentaremos algumas possíveis categorias de tipificação.

### **Antropologização do conceito de identidade**

Todo o processo de mutação e fluidez da modernidade fez com que o conceito de identidade cada vez mais extrapolasse o campo da lógica e da metafísica<sup>1</sup> para se fazer mais existencial, psicológico, sociológico e, sobretudo, antropológico. Como lembra a filósofa argentina Liliana Giorgis (1993, p. 05) “una identidad autorreferencial y construida sobre los principios de una lógica abstracta, no puede dar cuenta de los cambios y de las diferencias sócio-culturales”. Não que o conceito de identidade da lógica formal e da metafísica deixe de ter sua validade. A proposição que coloca a identidade como qualidade do idêntico, em que um ente é igual a si mesmo, tem no campo filosófico ainda seu fundamento de validade. Todavia, no estudo do real sócio-histórico-cultural, em que a dinâmica da mudança se torna o elemento fundante dos fenômenos, essa perspectiva deve ser relativizada e em alguns casos abandonada.

O fato é que no campo da análise em que cultura é entendida como coisa dinâmica, não estática e sempre mutável, o conceito de identidade como característica do que permanece tal como é (embora possa ser percebido como múltiplo) não daria conta de explicar fenômenos que se constroem no mundo sócio-cultural marcado pela dinamicidade das construções simbólicas fluidas, que como tais são perenes de *lutas de representações* (CHARTIER, 1990) que marcam simbolicamente a identidade e delimitam poder de inclusão ou exclusão. Assim na compreensão dos objetos da cultura o conceito de identidade não vem assumindo o sentido de idêntico, igual e permanente, mas sim do que é contraditório, múltiplo e mutável.

---

<sup>1</sup> Aristóteles na metafísica, ou filosofia primeira, afirma que “identidade é uma unidade de ser ou unidade de uma multiplicidade de seres ou, enfim, unidade de um único, tratado como múltiplo, quando se diz, por exemplo, que uma coisa é idêntica a si mesma”. (ARISTÓTELES, 1969, p.275)

Essa substituição do conceito de identidade – nascido dentro da reflexão filosófica – para um conceito mais antropológico se deu em função da própria antropologização das ciências humanas que vem ocorrendo durante os últimos 25 ou 30 anos (DEVEZ VALDEZ, 1996). Isso fez com que a ótica da análise cultural se consolidasse e, como tal, que o conceito de identidade, pela perspectiva da antropologia cultural, se tornasse cada vez mais importante dentro das ciências humanas. No entanto, ao mesmo tempo em que as ciências humanas se aproximam da antropologia cultural, também põem em suspensão analítica os conceitos da ciência antropológica, e a partir daí relêem estes mesmos conceitos.

### **Para além de um conceito de identidade**

À primeira vista a principal questão que se coloca à da identidade cultural é a sua própria conceituação. Isto é, o que seria identidade na perspectiva antropológico-social? Segundo Manuel Castells (2001, p.22) “entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo”. Seguindo a trilha da maioria dos cientistas sociais, Pêrsio Santos de Oliveira (2001, p.139) afirma que a identidade cultural seria uma espécie de “sentimento de pertencimento”.

Indubitavelmente, a identidade cultural é em muitos sentidos a fonte de significado e experiência de um povo, mas como reconhece o próprio Castells, dentro da cultura de um mesmo povo pode coexistir mais de uma identidade que se harmonizam e conflitam entre si. Logo, se existe mais de uma identidade, devemos falar mais em *significados* e experiências de um povo – no plural –, e menos em significado – no singular. Apenas por intermédio de uma noção que perceba esta pluralidade de significados e experiências é que podemos compreender a complexidade do real sócio-cultural. Do mesmo modo, inegavelmente a identidade cultural é um sentimento de pertencimento, todavia, esta proposi-

ção por si só não dá conta também de explicar os fenômenos das identidades na alta-modernidade. Ou seja, mais do que dizer que *o que é* a identidade cultural, para compreender a complexidade desse fenômeno, é necessário interrogarmos o *porquê* e o *como* da identidade cultural: por que surge esse sentimento de pertencimento? Como as identidades culturais são criadas? A partir de que são criadas? Como se relacionam com outras categorias de compreensão social (ideologia, poder, dominação, simbólico, representações)? Partindo do pressuposto que no mundo moderno e contemporâneo a construção das identidades é marcada por uma intencionalidade que se desenvolve em contextos de relações de poder e, para compreender tal construção, devemos levar em consideração os processos de construção.

### **Identidade e Alteridade: o processo de identificação/diferenciação**

Concentrando as atenções no processo de construção das identidades vemos que o sentimento de pertencimento a um povo, a uma cultura, nacionalidade, região, religião, grupo, ou a outra forma de identidade cultural, quase sempre, significou o não pertencer a *outro*. Na verdade a identidade cultural se faz, indubitavelmente, na alteridade. Na perspectiva da ideia de **alteridade** (ou **outridade**) todo ser social interage e é interdependente de outros seres sociais. Não são poucos os teóricos que defendem esta perspectiva.

Segundo Stuart Hall (1997), Kethryn Woodward (2000) e Tomaz Tadeu da Silva (2000) a identidade cultural não é *auto referencial* como se pensava, ela é, pelo contrário, relacional. Nasce e se desenvolve na relação com outro. Só afirmamos quem somos, a que grupo pertencemos (nação, região, sexo), quando existe um não nós e um outro que não faz parte dos nossos. Só há sentido em afirmar a nacionalidade brasileira, por exemplo, frente a um não brasileiro, caso contrário essa

afirmação seria desprovida de sentido. Logo identidade e diferença são indissociáveis. Sem a diferença não há identidade.

Assim, se a condição *sine qua non* para a existência da identidade é haver a alteridade, acreditamos, então, que a construção da identidade cultural deve ser compreendida e analisada, como um *processo*, uma dinâmica relacional de identidade e diferença. Ou seja, a partir de Lilliana Giorges (1993), defendemos a ideia de que para analisar os fenômenos sociais que impliquem relações identitárias seria mais interessante falarmos mais em *processo de identificação/diferenciação*. Por essa perspectiva evidenciamos a noção de dinamicidade, de movimento, de mutação que é próprio dos fenômenos identitários e afirmamos a situação relacional presente na construção identitária.

### **A crise como lugar da identidade**

Outro elemento importante para compreender o fenômeno identitário é a noção de crise. Se as identidades culturais nascem, se formam e se consolidam pelo processo de identificação/diferenciação, é iniludível que esse se dá preferencialmente em momentos de crise. São nos momentos de crise, de instabilidade, de insegurança que as identidades culturais preferencialmente se manifestam e se afirmam. Nos momentos de calma e tranquilidade dificilmente há afirmação de identidades, elas só surgem em período de instabilidade e ameaça interna e externa ao modo de vida tradicional. Como exemplificação dessa teorização, podemos citar o estudo de Jorge Larrain Ibañez (1996, p. 130), para quem na história latino-americana existiram quatro momentos em que a pergunta pela identidade cultural adquiriu fundamental importância. Esses momentos foram justamente períodos de crise: a conquista e colonização da América; o processo de independência das colônias hispano-americanas; o contexto da Primeira Guerra Mundial e, por fim, na segunda metade do século

XX, quando do fracasso do populismo e o acirramento dos regimes ditatoriais assolaram a América Latina.

De igual modo, não é difícil constatar que na história da Europa e/ou dos EUA, em momentos de crise, surgiram questionamentos sobre a identidade. Assim também como não é difícil perceber que na atualidade a globalização tem levado a crise das identidades em todo o mundo. Afinal, um dos elementos que está indissociável à manifestação das identidades é o outro, e este nunca esteve tão presente como no mundo globalizado. Se por um lado a globalização é um fenômeno que busca a homogeneização, por outro, essa homogeneização tem levado à crise das identidades regionais, religiosas, nacionais, gênero, sexualidade, etnicidade e, logo, a sua afirmação. Alguns como Stuart Hall (1982, p. 05) falam em perda de um sentimento estável do *self*, de o fim de um eu unificado (próprio da idade moderna cartesiana) e nascimento de um eu fragmentado próprio da pós-modernidade.

### **Identidades socialmente fechadas ou abertas**

Outro ponto importante para a compreensão desse fenômeno são as criações de tipologias. O antropólogo brasileiro Gilberto Velho (1988, p.97) afirma haver duas formas de identidades: as que são *socialmente dadas* e outras que são *construídas*. Entretanto, por mais que se possa estabelecer uma distinção básica entre as identidades socialmente dadas (sejam étnicas, familiares, sexuais etc.), e as que Velho afirma serem adquiridas em função de uma trajetória com opções e escolhas mais ou menos dramáticas, essa distinção da forma que está colocada pode criar algumas contradições, ou pelo menos, confusões.

Sabemos das contribuições de Velho e de toda sua trajetória intelectual que indubitavelmente é contributiva para as ciências da

cultura. A sua tipologia é interessante. No entanto, há um problema de terminologia. Pois, segundo Castells (2001, p.23), “do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída”. Assim, pela perspectiva sociocultural todas as identidades são construídas, sejam elas religiosas, nacionais, sexuais, grupais... Não há identidade *natural* ou dada. O que deixa a distinção entre identidades socialmente dadas e construídas um tanto quanto desprovida de sentido.

Ao que parece, o que Velho está querendo dizer é que quando o indivíduo nasce para o mundo já há construções identitárias que o precedem, que são anteriores a sua existência, e que, portanto, são socialmente dadas. No entanto, mesmo estas identidades aparentemente dadas foram social e culturalmente construídas e reconstruídas.

Para resolver esse problema seria interessante em vez de falarmos em identidades socialmente dadas e construídas, utilizarmos a noção de identidades socialmente *abertas* e socialmente *fechadas*.

Identidades culturais socialmente fechadas são as que não possibilitam muitas escolhas aos sujeitos (pelo menos não de maneira fácil). Quando esses nascem para o mundo as identidades já estão relativamente formadas-organizadas, e por serem fechadas, os indivíduos não têm muita margem de escolha. Claro que isto não significa que socialmente os indivíduos não possam subvertê-las e mesmo ressignificá-las em sua experiência cotidiana, mas faram isso como muita dificuldade. Já as identidades culturais socialmente abertas são as que os indivíduos podem, em certa medida, escolher partilhá-las, ou não.

O ponto crucial na diferenciação das duas proposições identitárias é então a maior ou menor liberdade do indivíduo na sua escolha. Assim, a questão que se coloca é: em que medida é mais fácil ou problemático escolher e modificar a identidade cultural? Como se dá adesão a essa identidade? A nosso ver, a resposta a essas questões diferencia a identidade como mais aberta ou mais fechada.

Nas sociedades e/ou comunidades tradicionais (como também as da Antiguidade e da Idade Média) a adesão era quase que automática, a escolha individual era bastante limitada, as linhagens familiares, a exemplo, tinham um poder de significação muito forte. A ciência da história e a antropologia cultural nos mostram como nas sociedades tradicionais só havia existência simbolicamente nas identidades fechadas. No entanto, na modernidade, em função de um longo processo histórico, houve a formação e afirmação da noção de *individualidade*, mas não a morte completa da experiência existencial na coletividade, afinal toda identidade cultural é coletiva. Tal processo levou contraditoriamente as identidades fechadas a ficarem enfraquecidas, mas não destruídas. Ou seja, se por um lado vemos a constante mudança de nacionalidade, de sexo, de religião..., por outro, vemos a afirmação de nacionalismos, regionalismos, fundamentalismos e tantos outros movimentos de identidades fechadas.

A identificação com certo grupo e a diferenciação com relação a outros, a identificação com certos atributos e a diferenciação com outros, vão formando as fronteiras das identidades. O que pode gerar para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, identidades múltiplas.

Mas, como nos lembra Castells (2001, p. 23), é preciso diferenciar identidades culturais e o que tradicionalmente os sociólogos têm chamado de papéis sociais. Por exemplo, ser trabalhador, pai, vizinho, sindicalista, tudo ao mesmo tempo, não significa ter múltiplas identidades e sim vários papéis sociais diferentes. Papéis sociais são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. Já as identidades constituem fontes de significado para os próprios atores. As identidades são fontes de significado mais importantes que os papéis sociais. Em termos mais gerais, poder-se-á dizer que os papéis organizam funções e as identidades organizam significados.

### **Categorias de tipologia identitária**

A construção da identidade está, em muitos casos, imbricada a relações de poder, de tal modo que no processo de identificação-diferenciação quem exerce o poder de representar exerce também o poder de definir a apropriação dos bens simbólicos e materiais. Há assim, muitas vezes, nas construções identitárias *lutas de representações*, em que a construção de sentidos – de identidades – deve ser vista não apenas como forma de dominação, mas também de resistência. Segundo Roger Chartier (1990, p.183), “a construção das identidades sociais seria o resultado de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma”.

Por essa perspectiva, para oferecer um melhor instrumental de análise desses conflitos simbólicos e discursivos, propomos a distinção entre quatro formas de construções identitárias: identidade de legitimação-dominação; identidade de resistência-libertação; identidade de permanência-essência e identidade de mudança-transformação.

A primeira dessas formas seria a *identidade de legitimação-dominação*. Criada pelas instituições dominantes das mais variadas sociedades, ela tem como objetivo central a expansão e legitimação da dominação de certos atores sociais sobre os outros membros, ou de um povo sobre outro. Ela está invariavelmente relacionada à ideologia, como também com o que Althusser (1985) chamou de aparelhos ideológicos de Estado (a escola, a igreja, e hoje poderíamos acrescentar a mídia.). Um exemplo dessa identidade seria a identidade nacional, mais especificamente o nacionalismo. Segundo Alexandre Barbalho (2002), o Estado na construção da identidade nacional procura unificar todos os grupos sociais, que vivem no território, em torno do ideal de “Nação”. Para tanto elabora políti-

cas universalizantes que valorizam e procuram imprimir em todos os habitantes aqueles referenciais simbólicos e materiais escolhidos por serem os mais adequados ao projeto político hegemônico. Essa dominação também pode ocorrer nas identidades étnicas, em que um povo, ou grupo dominante, possui uma posição no espaço social que o leva ter o poder simbólico de definir a “realidade”, condicionando, assim, a construção, legitimação e as representações das identidades (MENDES, 2005, p.505). É aí que entram as instituições reprodutoras e legitimadoras do projeto identitário dominante: Igreja na idade média, a Escola e os meios de comunicação nos Estados Totalitários e Autoritários, e os meios de comunicação de massa nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Como afirma Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 81), na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais. Como a identidade está vinculada a condições sociais e materiais, se um determinado grupo é simbolicamente marcado como diferente ele será socialmente excluído e terá desvantagens na partilha dos bens materiais. A afirmação da identidade, e simultaneamente a enunciação da diferença, permite que certos grupos da sociedade consigam garantir privilégios sobre os bens sociais. Por isso, o poder de definir a identidade e a diferença não pode ser visto fora das relações de poder; este está diretamente imbricado àquelas.

Todavia, nessas relações de poder, não podemos compreender os “dominados” como elementos passivos, eles também buscam construir representações para deslegitimar não só as representações, mas também, as práticas dominatórias. Por isto, podemos dizer que há também *identidade de resistência-libertação*. Normalmente ela é criada pelos atores sociais que estão em condições de exploração, desvalorização, dominação e/ou exclusão dos bens simbólicos e materiais. Se a identidade de legitimação-domação se relaciona,

diametralmente, a ideologia<sup>2</sup>, a identidade de resistência-libertação se relaciona a utopia; esta não trata da ideia de utopia como sonho inalcançável, projeto irrealizável, quimera, fantasia como grafam alguns dicionários. Na verdade o conceito de utopia que utilizamos aqui se aproxima ao que Eugênio Rezende de Carvalho (2001, p. 18) chama de realidade social desejável, necessária, todavia, inexistente. A utopia anuncia um programa de transformações. Assim a identidade de resistência-libertação funciona como uma espécie de resistência à dominação e uma busca de transformação da realidade, na construção de outra realidade ainda não existente, mas desejável pelos excluídos e explorados. De tal modo que afirmá-la significa uma busca por libertação e resistência à condição de dominação/exclusão. Discursivamente cria-se um projeto de resistência/libertação que dá unidade ao grupo e ao movimento para lutar contra o opressor. Essa forma de identidade cultural esteve presente em muitos movimentos sociais ao longo da história. Todavia, é na sociedade globalizada que elas ganharam maior evidência. Os movimentos de valorização das chamadas minorias culturais e étnicas: movimento feminista, negro, indigenista, jovens, entre outros que se iniciaram na primeira metade do século XX, e que ganharam maior visibilidade mundial com a globalização.

A terceira forma é a *identidade de permanência-essência*. Esta abarcaria todos os projetos de identidade que buscam afirmar um essencialismo das configurações culturais. Seriam aquelas identi-

---

<sup>2</sup> Acreditamos que é necessário levar o conceito de ideologia para além das relações de classe, incorporando todos os modos de significação que servem para sustentar relações de dominação, relações assimétricas de poder. Assim a ideologia continua sendo um falseamento, ocultamento e distorção da realidade, mas não só das formas de dominação de classe, senão também de dominação étnica, sexual, colonial entre outras. *Ipsa facto* a ideologia tornar-se uma representação da realidade que justifica relações assimétricas de poder. A ideologia oculta não só o antagonismo das classes sociais, mas também as formas de dominação colonial, étnicas e de gênero que afetam, sobretudo, os povos dos países da periferia ocidental, as minorias étnicas e as mulheres.

dades que se fundamentam em um discurso de um “ser coletivo verdadeiro e uno”, que acreditam ter uma essência fixa e imutável, e que mesmo que a “identidade verdadeira” tenha sido esquecida ou renegada essa pode ser “ressuscitada” e recuperada. Aos olhos dos seus defensores a identidade cultural forneceria a unicidade e imutabilidade de um povo. Exemplos dessa forma de identidade podem ser: a “britanicidade” na Era *Thatcher* – o discurso da cultura nacional britânica baseado na re-descoberta dos tempos de ouro do Império Britânico; os fundamentalismos religiosos dos anos 1990; o “racismo” renascido na Europa, como também, todos os movimentos que buscam construir lugares seguros ao turbilhão de transformação criado pela globalização acelerada.

A quarta forma seria a *Identidade de mudança-transformação*. Alguns autores a têm chamado também de não-essencialista, ou histórica. Pois história é mudança, construção e reconstrução. Por essa perspectiva as identidades são vistas como social e culturalmente construídas, logo, elas são mutáveis e dinâmicas. Parte-se do pressuposto de que elas nunca estão prontas, estão sempre abertas, podendo ser constantemente construídas e reconstruídas (WOODWARD, 2000, p.12).

Esses quatro tipos ideais para analisar os fenômenos identitários não podem, todavia, serem compreendidos como o próprio real. Na verdade, quando analisamos um projeto identitário (nacionais, étnicos, de gênero...) percebemos que é necessário utilizar mais de um tipo para poder compreendê-lo em sua complexidade. Um projeto identitário pode ser assim, ao mesmo tempo, afirmador de uma *identidade de resistência-libertação* e também de uma identidade de *permanência-essência*. O projeto identitário do intelectual chileno Pedro Morandé (1987) é um bom exemplo disso. Ele propõe uma identidade mestiça e libertadora para a América Latina, o que aparentemente significa resistência à dominação ideológica da pureza

racial, no entanto, essa mestiçagem para Morandé se fez na relação entre os elementos índios e espanhóis e se fechou, se essencializou, na medida em que não permite outras incorporações culturais.

De igual modo não podemos compreender as identidades culturais em sua concretude sócio-histórica como apenas mudança perpetua. É aí, por exemplo, que está o excesso de algumas proposições de Hall (1995). Stuart Hall, um dos defensores da concepção não-essencialista da identidade, tem afirmado que na atualidade existe um sujeito pós-moderno, conceituado como isento de identidade fixa, permanente ou essencial. “A identidade tornou-se uma ‘festa móvel’”, afirma ele (HALL, 1982, p.09).

Entretanto, o que vemos é o contrário, Como lembra José Manuel Oliveira Mendes (2005, p.532) as identificações pessoais e sociais estão continuamente procurando a estabilização, mesmo que provisória. As pessoas não têm dificuldade em essencializar, e procuram, quase que sempre, ancorar as suas identificações em identidades fixas, essencialistas, naturais, genéticas e memoriais.

Na verdade, se por um lado, a identidade não é uma festa móvel, por outro ela também não é uma essência imutável, como querem certos movimentos sociais e alguns intelectuais. Na realidade, as identidades culturais, se fazem como uma espécie de processo dialético de fixação-mudança. No processo de identificação/diferenciação muitos aparatos são transformados e outros são mantidos. Ela é assim: um processo de mudança-permanência, em que dependendo da época e lugar pode haver uma maior, ou menor, evidenciação de um elemento sobre o outro.

Assim, por mais que concordemos que as identidades sejam construídas e reconstruídas, e que, de igual modo, na vivência social, muitos grupos a sintam e a defendam nos seus processos de luta política como sendo fixas e imutáveis. Não acreditamos que seja, necessariamente, nessa dicotomia entre essencialismo/não-essencialismo

que melhor se compreenda as construções identitárias. Essa análise dicotômica que exclui um dos elementos pode não dar conta do processo imbricado que está posto na construção-manutenção desse fenômeno humano tão complexo. Compreender a identidade por essa via é simplificar uma teia de relacionamentos variantes que estão presentes em quase todos os discursos identitários. Possivelmente, só um estudo que compreenda o processo como fruto desses dois elementos indissociáveis poderá melhor compreendê-lo.

### **Para não fechar o debate**

Como percebemos as identidades culturais levam a marca por excelência do humano: a complexidade e a dinamicidade. Esse fenômeno, por sua natureza, cria possibilidade de construção de várias abordagens e teorização. Todavia, advertimos que nenhuma teoria é suficientemente completa para dar conta de forma definitiva do real sócio-cultural. A realidade é sempre mais complexa e dinâmica para ser enquadrada de forma absoluta por uma teoria. Nesse sentido, não buscamos fechar a discussão sobre as identidades culturais aqui, apresentamos apenas um pequeno panorama de algumas proposições teóricas e conceituais e nossas avaliações, interpretações e proposições sobre elas. Suas aproximações com o real só se consolidarão de fato quando de suas testagens nesse mesmo real empírico concreto. Como afirma Michel de Certeau (2007) os modelos só mostram sua eficácia quando do confronto com o real.

### **Referência bibliográfica**

- . *Identidade Cultural*. São Paulo, Coleção Memo Ensaio/ficção s/d.
- . Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Trad. de Valter José
- ARISTÓTELES, *Metafísica*. Editora Globo de Porto Alegre, Biblioteca dos Séculos, tradução de Leonel Valandro, 1969.
- CARVALHO, Eugênio Rezende. *Nossa América a utopia de um Novo Mundo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural - entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CIAMPA, Antonio da Costa. In: LANE, Silva T. M. (org) *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DE CERTEAU, M. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2007.
- DEVES VALDES, Eduardo. "El concepto de identidad en las ciencias humanas y en la política". *Textos de História*. Brasília, UnB, V. 4, n. 1, 1996, p. 181-190.
- Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- GIORGIS, Liliana. El "hombre" en las fronteras de la "identidad". Córdoba, Argentina, mimeo, 1993, p. 1-6.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- LARRAIN IBAÑEZ, Jorge. *Modernidad razón e identidad en América Latina*. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1996.
- LUCKMANN, Thomas. BERGER, Peter L. Teorias da Identidade. In: *A Construção social da realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis, Rj: Ed. Vozes, 1978.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- MENDES, José Manuel Oliveira. O desafio das identidades. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 503 - 540.
- MORANDÉ, Pedro. *Cultura y Modernización en América Latina*. México: Ediciones Encuentro, 1987.

- OLIVEIRA, Pêrsio Santos. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ática, 2004.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.
- TEIS, Denize Terezinha. TEIS, Mirtes Aparecida. *A relação entre ideologia e sistema etnocêntrico*. Disponível em [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt). Acessado em 20/07/2008
- VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. *Revista Tempo Brasileiro*. Nº.95, out/dez, 1988. p.119-26.
- WOODWARD, Kethryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.